

## AUMENTO DE CARGA HORÁRIA PODE FERIR A CLT

Nas discussões do Grupo de Trabalho sobre contrato docente têm aparecido diversas sugestões que caminhem para o aumento da jornada de trabalho sem o consequente aumento de salário. Fala-se, por exemplo, em ampliar de 18 para 20 o número de horas para que o professor receba por tempo integral, ou seja, aumenta-se o volume de trabalho, sem o acréscimo salarial decorrente.

Esse tipo de procedimento já aconteceu, em 2006, quando o Conselho Universitário aprovou a chamada maximização. Porém, na ocasião, além de ter decidido por uma medida emergencial, que deveria durar apenas um ano (e que dura até hoje), o Consun não saiu dos limites da deliberação 65/78, que fixava faixas salariais para os contratos docentes. Para um contrato de tempo integral, por exemplo, o professor precisava ter entre 15 e 18 horas de ensino. A maximização eliminou o piso e passou a considerar o teto. Agora se pretende inclusive ultrapassar esse limite. Se o limite for alterado de 18 para 20 h, significa, na prática, uma redução salarial, o que é vedado pela lei.

A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 468 trata do princípio da irredutibilidade salarial dizen-

do: " Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia."

Algumas das alterações propostas estudadas no GT constituem-se claramente em redução salarial e ela é vedada, por ser a subsistência do trabalhador e por se tratar da mais importante contraprestação de sua parte. A Constituição Federal de 1988 elevou o princípio de irredutibilidade à hierarquia maior, só permitindo o arbitramento por convenção ou acordo coletivo (art. 7º, IV). Nem a lei poderá autorizá-lo, face ao texto expresso. Qualquer tipo de alteração que demande perda salarial para o trabalhador, segundo a CLT, poderá ser feita por um prazo determinado, que não exceda a três meses, e, ainda assim, com a concordância do sindicato da categoria.

### DEMISSÕES

Mas além dos prejuízos financeiros pode-se prever também que a adoção de medidas que aumentem a carga de trabalho sem consequente aumento de salário,

deverão causar uma avalanche de demissões, pois não haverá lugar para todos os que hoje desenvolvem suas funções, já que para compor os seus salários os docentes terão que assumir aulas que estão sendo ministradas por outro professor, que, na ponta da linha, deverá ser dispensado por falta de trabalho ou ter seu contrato reduzido.

Dessa maneira, vai por terra a justificativa da Fundação São Paulo que, na convocatória para a formação do GT afirmava que gostaria de ver mantidas as

conquistas trabalhistas dos docentes da PUC-SP.

Nesta semana continuam as discussões sobre alterações no Contrato de Trabalho docente, com uma nova reunião nesta segunda-feira, na Fundação São Paulo.

Algumas unidades começaram a se manifestar sobre as alterações sugeridas, como a Faculdade de Ciências Sociais, cujo texto reproduzimos abaixo. Na página 2 publicamos algumas tabelas utilizadas pelo GT e que revelam a atual situação do corpo docente da universidade.

### **Contribuição da Faculdade de Ciências Sociais para a discussão do contrato docente**

Prezados colegas,

Encaminhamos as contribuições para a discussão sobre o Contrato de Trabalho no próximo Conselho.

Princípios Norteadores:

- 1-Manutenção do contrato coletivo;
- 2-O contrato de trabalho deverá permitir a manutenção da qualidade de ensino, a pesquisa, a progressão na carreira e a formação de novos quadros;
- 3-Sem prejuízo dos dois princípios anteriores, o novo contrato não deverá onerar a folha de pagamento da Universidade hoje deficitária;

4-O novo contrato não deverá ferir os direitos trabalhistas adquiridos, sob pena de graves prejuízos para a própria Universidade;

5-A Universidade deverá apresentar soluções dignas para os professores que desejarem se afastar do exercício do magistério, por exemplo, manutenção do pagamento do plano de saúde, etc.;

6-O novo contrato deverá atentar para as condições de trabalho diferenciadas que existem hoje na Universidade, por exemplo, aquelas referentes aos Programas de Pós e a Graduação.

**Direção da Faculdade de Ciências Sociais**

# DEBATE A ESQUERDA E AS ELEIÇÕES

30/09/2014 • 19h • Auditório 333 • PUCSP

<b>DEBATEDORES</b>	<b>PCO</b>	Rui Costa Pimenta
	<b>PCB</b>	Mauro Iasi
	<b>POR</b>	Waldir Júnior
	<b>PSTU</b>	Zé Maria
	<b>PSOL</b>	Isa Penna



Coordenação: Bia Abramides - APROPUCSP  
Promoção: APROPUC

## Números revelam situação atual da universidade

*Durante as reuniões do GT de contrato docente foram apresentadas várias tabelas para que os professores tivessem parâmetros para as suas discussões. Nesta matéria reproduzimos alguns dados divulgados pela Fundação São Paulo*

Tempo de casa dos docentes da PUC-SP	
De 21 a 25 anos	145
De 26 a 30 anos	150
De 31 a 35anos	159
De 36 a 40 anos	128
De 41 a 45 anos	85
De 46 a 50 anos	24
De 51 a 55 anos	10
De 56 a 59 anos	3

Pirâmide de Idade Docente	
De 66 a 70 anos	193
De 71 a 75 anos	85
De 76 a 80 anos	35
De 81 a 85 anos	18
De 86 a 90 anos	2
Mais de 90 anos	2

### Distribuição atual dos docentes por faixas contratuais

199 titulares	140 doutores
	59 pós-doc
110 associados	78 associados
	15 pós-doc
	17 livre-docentes
369 assistentes doutores	312 doutores
	30 pós-doc
	27 livre-docentes
337 assistentes mestres	253 mestres
	83 doutores
	1 pós-doutorado
427 auxiliares de ensino	54 graduados
	58 especialistas
	180 mestres
	126 doutores
	6 pós-doutorado
	3 livres docentes

# Consun aprova projetos pedagógicos e vagas do vestibular

Na reunião ordinária do Conselho Universitário (Consun), de 24/9, os conselheiros passaram a maior parte da sessão debatendo a aprovação dos projetos pedagógicos de oito cursos que tiveram que modificar suas estruturas curriculares: História (Bacharelado e Licenciatura) Sistemas de Informação, Português (Licenciatura), Inglês (Licenciatura e Tradutor/intérprete), Matemática (Presencial e à Distância).

O pró-reitor de Administração, Antonio Carlos Gobe, iniciou os trabalhos apresentando um quadro dos cursos no qual se detectava o impacto financeiro causado pelas mudanças no currículo. Alguns deles apresentaram superávit, outros permaneceram deficitários, mas todos melhoraram a sua situação financeira em relação a 2014. A Controladoria elaborou tabelas onde identificou o chamado ponto de equilíbrio, ou seja, o número de alunos desejado para que o curso não seja deficitário. O Consun, porém, preferiu analisar o mérito acadêmico, deixando para o Conselho de Administração (Consad) o olhar sobre o ponto de equilíbrio.

Nesse sentido todos os cursos obtiveram parecer favorável (com exceção de Matemática modalidade presencial) para o qual a Controladoria não havia apresentado as planilhas.

## VAGAS

O quadro de vagas apresentou uma realidade dramática da universidade: o número de alunos propos-

to pelo Cepe diminuiu em relação ao ano passado de 3580 para 3350 vagas (esse quadro foi modificado pelo Consad, veja matéria ao lado). Porém, a comparação piora quando observamos que em 2011 foram abertas 4945 vagas.

Os critérios permanecem os mesmos do ano passado, ou seja, o número de vagas deve obedecer ao Projeto Pedagógico do Curso; número de alunos para cursos de turno único 20 e 25 para dois turnos; não podem oferecer vagas cursos que não abriram turmas nos últimos quatro semestres; transferência ou portadores de diploma não serão computados para o funcionamento de turmas.

Nesse sentido alguns conselheiros pediram alteração no quadro de vagas. Juarez Belli, da FEA, pediu reconsideração das 100 vagas aprovadas para Ciências Contábeis, no campus Monte Alegre, que segundo o professor deveria ficar com 135 e 50 vagas para o campus Ipiranga que teve a sua turma de Contábeis fechada. O Consun aceitou as duas demandas.

O curso de Filosofia, em razão da sua classificação em primeiro lugar no Ranking da Folha de S.Paulo solicitava que fossem abertas as turmas de Bacharelado e Licenciatura matutinos, o que também foi aprovado. Dessa maneira o quadro de vagas subiu ligeiramente.

A representante discente da Faculdade de Direito, questionou os números mínimos para a abertura de turmas novas o que, segundo ela representava

uma ameaça para a manutenção do caráter humanístico da PUC-SP. A professora Anna Cintra rebateu argumentando que o Consun tem que trabalhar visando a sustentabilidade da instituição e que a PUC-SP, tendo a sua situação financeira sob o con-

trole do Ministério Público, não deverá abrir cursos mesmo que o número de alunos esteja próximo ao mínimo requerido.

O Consun iria ouvir ainda uma explanação sobre a situação da filantropia na PUC-SP, mas por questões de tempo não foi possível.

## Consad modifica quadro de vagas e PPCs

Os conselheiros do Consad, padres José Rodolpho Perazzolo e João Júlio Farias Jr., e a professora Anna Maria Marques Cintra, debruçaram-se sobre as decisões tomadas pelo Consun. No dizer do padre Rodolpho, estatutariamente o Consun aprova, mas é o Consad que decide. Assim o Consad seguiu a aprovação dos Planos Pedagógicos de Curso feitos pelo Consun, mas colocou como condição para que os cursos pensem-nos em prática e que seja observado o ponto de equilíbrio, ou seja, o curso terá que viabilizar modificações que o mantenham no mínimo zerado financeiramente.

Quanto ao quadro de vagas foram introduzidas várias modificações, que aumentaram o número de vagas para 2015. Na FEA foi confirmado o aumento de 35 vagas para o curso de Contábeis do campus Monte Alegre, mas não foi aceita a abertura da turma do campus Ipiranga. Na Faficla foram confirmadas as turmas da Filosofia, que abrirá turnos noturno e matutino para Licenciatura e Bacharelado

com 30 vagas cada; Português e Inglês Tradutor matutino terão mais cinco vagas para se ajustarem ao ponto de equilíbrio e a turma noturna desse mesmo curso não será oferecida. No campus Marquês de Paranaguá a turma de Matemática (EAD) terá que abrir mais 50 vagas, indo para 100, o mesmo acontecendo com Jogos Digitais, noturno, que irá para 50. O curso de Direito terá mais 30 vagas no turno matutino, indo para 300, Psicologia em Perdizes terá mais 40 vagas no turno matutino/vespertino.

Com todas estas alterações o quadro de vagas apresentado inicialmente pelo Cepe (3350) foi para 3525, o que representou quase o mesmo número do vestibular de verão anterior.

Ao final da discussão o padre João Júlio Farias Jr. sugeriu que o número mínimo de ingressantes para abertura de turmas fosse ampliado para 30 quando o curso tiver duas turmas e 20 para turno único. Porém foi voto vencido, pois a professora Anna e o padre Rodolpho votaram na manutenção dos atuais parâmetros.

# Processo contra Anna Cintra será julgado em segunda instância

A segunda instância do processo movido pelo movimento estudantil da PUC-SP contra a atual reitora será na próxima quarta-feira, 1/10, às 9h30 na 7ª Câmara do Palácio da Justiça da Sé, no 5º andar sala 509. A concentração do movimento estudantil será às 8h30 em frente à Câmara.

Em novembro de 2012 o cardeal-arcebispo Dom Odilo Pedro Scherer indicou a terceira e última colocada no pleito eleitoral, Anna Maria Marques Cintra, à reitoria da PUC-SP. Em roda viva organizado pelos estudantes, todos os candidatos ao cargo assina-

ram um termo de compromisso atestando que não aceitariam a nomeação caso não tivessem o maior número de votos na eleição. O antigo reitor Dirceu de Mello venceu, mas Anna Cintra foi nomeada pelo cardeal e aceitou o posto.

A tradição democrática da universidade foi rompida e a comunidade não se calou. Duas horas depois de o golpe ser anunciado por Dom Odilo, os estudantes declararam greve geral e ocuparam a reitoria. No dia seguinte professores e funcionários aderiram à paralisação, que durou um mês.

O movimento estudantil entrou com um recurso no Conselho Universitário (Consun), a fim de exigir a invalidação da lista triplíce, argumentando que as eleições foram viciadas, já que Anna Cintra assinou o termo de compromisso. O Consun legitimou o recurso e suspendeu a lista triplíce temporariamente, então, a interventora não pôde assumir o cargo de reitora até a deliberação. Entretanto, o cardeal, em nota, defendeu que não legitimava a decisão do Consun, o que permitiu que Anna Cintra fosse nomeada no dia seguinte.

O movimento estudantil, através do Centro Acadêmico 22 de Agosto, impetrou uma Ação Declaratória de Nulidade contra Dom Odilo, a Fundação São Paulo (Fundasp) e a PUC-SP, com o objetivo de invalidar a nota do cardeal, tirando Anna Cintra do cargo. Em agosto do ano passado o processo foi julgado em primeira instância e a legitimidade do Consun que destituiu a lista triplíce foi reconhecida. Porém, a Fundasp entrou com um processo de apelação e o processo será julgado em segunda instância.

## Estudantes relembram 37 anos de invasão da PUC-SP



Cartaz dos estudantes exposto na Prainha

Na semana passada completaram-se 37 anos da violenta invasão propugnada pelo Coronel Erasmo Dias que tentou reprimir a comemoração estudantil pela reconstrução da UNE. No dia 22/9/1977 os estudantes da USP, PUC-SP e várias outras universidades brasileiras reuniam-se em frente ao TUCA para festejar a realização de um encontro que refundou a extinta União Nacional dos Estudantes.

O saldo da invasão ao campus Monte Alegre foi a prisão de quase mil estudantes e uma série de pessoas queimadas por bombas de efeito moral.

O episódio marcou um

dos momentos mais importantes da luta contra a ditadura militar. Aqui na PUC-SP a reação firme da então reitora Nadir Kfoury que enfrentou Erasmo Dias, ficou indelevelmente marcada na memória daqueles que resistiram ao autoritarismo e à repressão.

Sete anos depois, em 1984, o TUCA foi vítima de um incêndio criminoso que destruiu grande parte de suas instalações, que só foram possíveis serem reconstruídas com o envolvimento de toda comunidade.

Recentemente o Arquivo do Estado de São Paulo liberou uma série de fotos dos estudantes que participaram das manifestações

nos anos 70, e que foram fichados ao serem detidos na invasão da PUC-SP. O link para acesso do arquivo original digitalizado é [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/OS/BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000332.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/OS/BR_SPAPESP_DEOPSOS000332.pdf). Na semana passada os estudantes colocaram uma grande faixa na Prainha do campus Monte Alegre para relembrar os 37 anos da invasão e os 30 do incêndio do TUCA. Com fotos dos dois momentos, os estudantes relembraram os fatos ao mesmo tempo em que ironizavam a situação atual do país e da própria universidade com a frase "a Dita Dura".

## FALA COMUNIDADE

# Alienação eleitoral passa longe do Brasil real

*Hamilton Octavio de Souza*

Convocado para as eleições gerais de 5/10, o povo brasileiro poderá votar para a presidência da República, governos estaduais, Congresso Nacional e assembleias legislativas. Tudo indica que a renovação será pequena, pois o processo eleitoral favorece os grupos políticos tradicionais, os nomes mais conhecidos e fortemente apoiados pelo poder econômico. Apesar do amplo descontentamento em diferentes segmentos e classes sociais.

Mais uma vez o tom das campanhas foi dado pelos marqueteiros nos esquemas milionários de programas no rádio, na TV e nas redes sociais, sempre focados na venda de candidatos- produtos e sem a menor preocupação com o debate político e a conscientização do eleitorado sobre os principais problemas e desafios do país. Ao contrário, o show de alienação dominou a propaganda, a mídia e a cobertura da imprensa, salvo a exceção dos partidos e candidatos da esquerda.

Boa parte do que deveria ter sido pautado pelos candidatos a presidente, entre aqueles que representam a ordem dominante e têm chances reais na disputa, foi deliberadamente deixado de lado, guardado no fundo do baú e afastado da opinião pública. Vários problemas e enfrentamentos obrigatórios para o próximo governo não receberam o menor destaque na campanha, entre os quais os seguintes:

## 1. Dívida Pública - Qua-

se a metade do orçamento da União (43%) é destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que continua a crescer apesar de todos os pagamentos já feitos. Trata-se de um mecanismo de transferência de renda do povo para um reduzido número de rentistas e especuladores financeiros do Brasil e do exterior. Os governos eleitos depois da Ditadura Militar se recusam a fazer uma auditoria dessa dívida, constituída de ilegalidades, altamente remunerada com a taxa Selic (11% a.a.) e que suga os recursos que deveriam ser usados na saúde, educação, moradia, transportes e demais serviços públicos. Não estancar essa imoralidade é crime de lesa-pátria.

## 2. Reforma Tributária -

O Código Tributário Nacional está em vigor desde 1966 e foi aprovado na Ditadura Militar para favorecer o poder central (governo federal), que fica com quase 70% dos impostos arrecadados em prejuízo dos estados e municípios. Trata-se de um sistema que cobra mais dos trabalhadores assalariados (imposto de renda retido na fonte) e dos mais pobres (impostos indiretos nos produtos de consumo) e tributa menos o patrimônio, a especulação financeira e a renda dos mais ricos (maior alíquota é 27,5%). Um projeto de lei para tributar grandes fortunas está parado no Congresso há 20 anos. Esse sistema reproduz a desigualdade social e mantém privilégios dos que não querem pagar impostos. Sem reforma tributária séria não haverá

recursos suficientes para investimentos nos serviços públicos essenciais.

## 3. Remessa de Lucro -

Os especuladores financeiros e as empresas estrangeiras que atuam no Brasil estão causando uma sangria imensa na riqueza produzida no país, na medida em que mandam para o exterior sem qualquer limite – grande parte do que deveria ser investido em território nacional. As remessas de lucros batem recordes todos os anos, enquanto o investimento interno é insuficiente para dinamizar a economia, gerar empregos, aumentar salários e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. O PIB perto de zero é apenas uma consequência dessa sangria. Não dá para falar em país soberano se o governo não estabelecer limites para o capital estrangeiro que expropria o trabalho dos brasileiros.

## 4. Desindustrialização -

O modelo de desenvolvimento acelerado depois de 1990 nos governos FHC, Lula e Dilma privilegia o agronegócio, a monocultura (cana, soja, eucalipto) e a exportação de matérias primas e produtos primários (minérios, petróleo, grãos, carne), com sérios danos aos recursos naturais e ao meio ambiente. Em contrapartida o país passou a importar cada vez mais produtos manufaturados em todos os setores de consumo massivo, com o desmantelamento do parque industrial nacional e a consequente perda de domínio tecnológico e patrimônio intelectual. Essa política coloca o Brasil cada vez mais dependente de um co-

mércio desigual (exportação de produtos primários de baixo valor e importação de produtos com valor agregado) e cada vez mais distante da autossuficiência. A situação exige uma nova proclamação da independência.

## 5. Reforma Agrária -

O país tem enorme quantidade de terras disponíveis e improdutivas sem qualquer ocupação e atividade, que servem tão somente para a especulação de seus proprietários. A realização de uma reforma agrária ampla, massiva e popular, com apoio técnico para a produção e a comercialização, centrada na agroecologia, possibilitaria a imediata mudança de vida de milhões de famílias e fortaleceria o abastecimento do povo brasileiro com alimentos saudáveis e livres de transgênicos e de agrotóxicos. Atrair milhões para a reforma agrária é combater diretamente a desigualdade econômica e social e criar nova e forte expectativa positiva no presente e no futuro do Brasil. É preciso vencer a covardia que tem impedido os governos de enfrentar esse desafio.

Além desses temas, a alienação eleitoral passou longe também de compromissos com a redução da jornada de trabalho e a extinção do fator previdenciário das aposentadorias que são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros. O caminho da conquista continua sendo o da mobilização, das greves e da luta aberta nas ruas.

*Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.*

## GAUCHE NA VIDA

# A gestão antiperspirante: rumo à pobreza inodora, incolor e insípida

Luciana Itikawa

Ambulante Carlos Augusto Muniz foi atingido por disparo na cabeça

Em menos de uma semana, dois episódios sobre o comércio ambulante mostram a capacidade mágica de ocultação da pobreza, quando ela teima em aparecer, porém, de forma trágica, com a morte de três ambulantes: um em São Paulo e dois no Rio de Janeiro neste mês de Setembro de 2014.

A morte, com certeza, é o extremo da gestão militarizada de uma questão, entre outras, urbana. Apesar de todo o esforço dos governos em aumentar e complementar seu efetivo repressivo às várias manifestações da pobreza, esses trabalhadores continuarão a expor seus suores, enquanto esta não for um espectro que aparece apenas nas estatísticas.

O comércio ambulante está profundamente ligado à constituição do trabalho livre no Brasil e à permanência sistemática de trabalhadores à margem do mercado formal de trabalho, malgrado um dos maiores índices de formalização de carteiras profissionais da história recente.

Por que, então, os ambulantes "teimam" em aparecer e desafiar esses policiais armados nas grandes cidades? Por que, eles ainda estão trabalhando, apesar do Prefeito paulistano anterior ter proibido todas as licenças na cidade em 2012? Por que eles são permitidos em alguns locais e em outros não? Aqui vão algumas ponderações:

Em primeiro lugar, por que, então, eles insistem em desafiar o Estado trabalhando sem licença? Existem 138 mil ambulantes no município e 158 mil na região metropolitana de São Paulo segundo o DIEESE em 2010, ape-

sar do atual número irrisório de licenças na cidade (1.940) representando apenas 1,4% do total de trabalhadores no município. Os outros cerca de 136.000 trabalhadores, portanto, são obrigados a correr diariamente para fugir da fiscalização.

O ambulante morto na Lapa, Carlos Augusto Muniz de Souza, de 30 anos, era um deles. Ele havia prometido à esposa na noite anterior: "Não vamos mais correr da polícia". Não deu tempo, esta morte faz parte da manutenção da ocultação da pobreza através da interface armada do Estado. A Operação Delegada atua na superfície visível da ponta do iceberg daqueles que estão à margem simultaneamente do direito ao trabalho, direito à cidade, direito à proteção social, etc. Vide a violenta reintegração de posse de um imóvel realizada pela polícia militar ocorrida pouco dias antes no Centro de São Paulo.

Em segundo, por que ainda permanece o limbo jurídico sobre a regulamentação das licenças deles? O prefeito anterior proibiu todas as licenças e mesmo aqueles 1.940 que ainda as teriam, enfrentam o constrangimento de trabalhar há dois anos por força de uma liminar da Justiça cuja fundamentação foi calçada no direito à cidade. A Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos ainda precisa ser julgada para que o impasse institucional entre Prefeitura e Justiça se resolva.

Apesar da tentativa dos trabalhadores e da sociedade civil terem instituído no ano passado um canal de diálogo quinzenal com a Prefeitura por seis meses para resolver politicamente, nada avançou para a resolução do problema.

Em terceiro, por que o abismo entre o número de licenças e o número total de ambulantes que trabalham por toda a cidade? Para quem frequenta todo dia os terminais intermodais espalhados nas periferias para embarcar ou fazer a baldeação às 5-6hs ou 21-22hs já deve ter visto algumas dezenas de ambulantes servindo a imensa população que se desloca entre casa- trabalho.

Isso não seria novidade para ninguém se não tivéssemos a dimensão de que quase um estado de Sergipe inteiro (1,9 milhão) se movimenta todos os dias de um lado pro outro na região metropolitana, segundo o estudo A Mobilidade pendular na Macrometrópole paulista.

Este estudo mostra que apesar do crescimento da população da região metropolitana ter estacionado, seus movimentos pendulares quase duplicaram (de 1,1 milhão em 2000 para 1,9 milhões em 2010). Esses espaços de conexões de transporte passaram a ser territórios de comércio e serviços a essa imensa população itinerante, apesar das leis e secretarias de transporte subestimarem este fato.

Por este motivo, os trabalhadores ambulantes em 2013 se organizaram e conseguiram incluir pela primeira vez em um Plano Diretor do município de São Paulo, a necessidade desse comércio atender esse imenso fluxo de pessoas pelo território. Este coletivo de trabalhadores, chamado de Fórum dos Ambulantes, se organizou em 2012 para participar das audiências públicas do Plano Diretor e encaminhou três propostas, apesar de apenas uma ter sido incorporada: "criação de centros comerciais populares em áreas de grande circulação, como terminais de transporte coletivo e

estações de metrô e trem" (pág. 10 DOM - Centralidades Polares e Lineares).

Em quarto, por que eles são permitidos em alguns locais e em outros não? Existe apenas um tipo de licença no espaço público, a "permissão de uso", que é dirigida aos artesãos, jornalheiros, ambulantes, food trucks e até parklets. Por se tratar de ocupação em logradouros públicos, a permissão tem que ser precária e sem segurança na posse, ou seja, pode ser retirada unilateralmente pelo Poder Público. Entretanto, por que a vista grossa em alguns locais e a intolerância em outros? O comércio ambulante faz parte das inúmeras manifestações de pobreza que têm sido exterminadas dos espaços públicos e privados das áreas em valorização quando estes ameaçam os interesses imobiliários ou políticos.

A desculpa é quase sempre a execução de obras de infraestrutura, transporte, etc., mesmo quando aquilo que ocupar o lugar seja o mesmo tipo de atividade, porém, mais elitizado. Esse é, por exemplo, o caso dos food trucks, que conseguiram 900 licenças no município; ou das empresas de bebidas durante a Copa, que conseguiram o direito de ocupar todo o Vale do Anhangabaú para comercializar com exclusividade seus produtos.

Os trabalhadores ambulantes da cidade real não são um fato isolado a ser vencido por força da cidade legal. As manifestações de pobreza irão sempre desafiar as gestões que ainda creem governar pela pobreza, contanto que elas não tenham cheiro, nem cor e nem gosto.

**Luciana Itikawa, arquiteta e urbanista, doutora e pesquisadora pela USP**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Funcionários, professores e estudantes saem vitoriosos da greve da USP

Em assembleia na sexta-feira, 19/9, funcionários do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) votaram pelo fim da maior greve da universidade, sendo que os professores da Associação de Docentes da USP (Adusp) decidiram pelo fim da paralisação um dia antes. Na segunda-feira, 22/9, a USP já funcionava normalmente e o calendário de reposição de aulas entrou em vigor.

O acordo para o fim da

greve aconteceu na quarta-feira, 17/9, em reunião mediada pelo TRT-SP entre o Sintusp e a reitoria da universidade. Ficou estabelecida a estrutura da reposição dos 115 dias de paralisação e o pagamento de vale-refeição. Os funcionários farão hora-extra por jornada, por 70 dias. Já havia sido deliberado pela Justiça em reuniões anteriores o reajuste salarial de 5,2% e pagamento de 28%

de bônus. Funcionários, professores e estudantes saíram vitoriosos da greve que foi judicializada e tratada como caso de polícia pela reitoria da USP.

O movimento trabalhador e estudantil se articulou muito bem, fazendo com que a adesão à greve só crescesse, ultrapassando os muros da universidade e fazendo jus ao direito de greve, ao conjunto da classe trabalhadora e à conquista de pautas trabalhistas.

**Atividade discute luta por moradia e repressão aos sem-teto**

O debate "A luta pela moradia popular e a voz do povo trabalhador nas eleições" aconteceu na sexta-feira, 26/9, às 19h, no auditório 117-A na PUC-SP Campus Perdizes. A atividade, em solidariedade aos trabalhadores sem-teto perseguidos diariamente no Brasil, contou com a participação de Bia Abramides, da APROPUC; Toninho Ferreira, candidato a deputado federal pelo PSTU; Henrique Carneiro, professor de História da USP e ativista anti-proibicionista; Helena Silvestre, do Movimento Luta Popular; Valério Arcary, professor do IFSP e Álvaro Bianchi, professor do curso de Ciências Sociais da UNICAMP.

## VÍTIMAS

### DO INCÊNDIO

Os moradores da Favela do Piolho continuam sofrendo com o descaso das autoridades após o incêndio que desabrigou um grande número de moradores. A APROPUC está arrecadando em sua sede (Rua Bartira, 407) alimentos não perecíveis e roupas visando minorar o sofrimento daquela população.

## Trabalhadores do IBGE reivindicam melhores condições de trabalho

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE) ficou em greve por 79 dias, em busca de melhores condições trabalhistas e técnicas operacionais no instituto. Também alertaram para a possível queda na qualidade das pesquisas realizadas pelo órgão, tendo em vista o panorama precário deste.

O governo brasileiro tirou em torno de R\$ 500

milhões do orçamento das pesquisas para 2015 do IBGE, o que significa um corte de cerca de 70% dos recursos previstos. A decisão afeta a Contagem Populacional e o Censo Agropecuário, mas a direção da instituição não se posicionou contra essa atitude.

A Ministra do Planejamento anunciou a instalação de sindicâncias e auditorias contra os trabalhadores como forma de punição

por uma situação que é consequência do sucateamento do IBGE por parte da atual gestão do órgão, e não do resultado do trabalho dos empregados.

O ASSIBGE reivindica: orçamento adequado, concursos públicos, democracia, fim do trabalho temporário precarizado e melhores salários para todos os trabalhadores. É de extrema necessidade o serviço público de qualidade.

## MTST organiza ato contra falta de água no estado de São Paulo

Na quinta-feira, 25/9, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento Periferia Ativa saíram em ato a partir do Largo da Batata, às 15h, até a Sabesp, em São Paulo. A manifestação teve como

objetivo reivindicar: água para todos e de qualidade, contra os interesses privados envolvidos, por investimento em captação, tratamento e distribuição e pela despoluição dos rios.

Desde 2013 os reservatórios do Sistema Cantareira

e Alto Tietê têm quedas brutais em seus níveis, aliadas a uma das piores estiagens em São Paulo. A Sabesp, durante a renovação da concessão de uso das represas, anunciou que reduziria a dependência do Sistema Cantareira, mas

nada foi concretizado. O governador do estado, Geraldo Alckmin, declarou que não haveria racionamento, porém, diversas regiões, principalmente as periféricas, já sofrem com os reflexos dessa má administração.

# ROLA NA RAMPA

## FEA realiza XII Semana de Economia

Entre os dias 29/09 a 03/10/2014, no período da manhã e noite, será realizada a XII Semana de Economia, evento tradicional da PUC-SP cujo tema geral é Desenvolvimento Econômico Brasileiro: reflexões e desafios. O encontro contará com a presença de pesquisadores da comunidade acadêmica de diferentes universidades do país debatendo temas atuais e polêmicos. Entre os debates destaca-se o da Questão Urbana, palestra de abertura, com a presença de Jeroen Klink (UFABC), Kazuo Nakano, Ricardo Gaspar (PUC-SP) no dia

29/09 às 8h30 no auditório 239. No mesmo dia, no período noturno, às 19h40 a abertura ficará sob a responsabilidade do prof. Bresser Pereira (FGV) que fará uma homenagem aos "100 anos do nascimento de Ignácio Rangel", no auditório 239. Outra mesa bastante concorrida será a de 30/02, às 19h40, também no auditório 239, com Fernando Nogueira da Costa (UNICAMP), Marcos Lisboa (INSUPER-FGV) e Antonio C. Lacerda (PUC-SP) cuja temática versará sobre as Perspectivas para a Economia Brasileira. Ainda merece destaque a mesa de quinta-feira pela manhã, às 8h30 com a presença de Rosa

Aguiar falando sobre os "10 anos sem a presença de Celso Furtado". O evento é organizado pelo Departamento de Economia da PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia da Mundialização e do Desenvolvimento da PUC-SP-SORBONNE e pelo Centro Acadêmico Leão XIII da FEA-PUC-SP. Confira a programação completa em <http://www.pucsp.br/assessoria-de-comunicacao-institucional/noticias/xii-semana-de-economia-campus-monte-alegre>.

## Fundação São Paulo concede bolsas alimentação a funcionários

A Fundação São Paulo concederá mensalmente 25 bolsas alimentação para as refeições nos restaurantes dos diversos campi da PUC-SP. A bolsa será concedida aos funcionários administrativos que enviarem o requisito entre os dias 20 e 25 de cada mês ao email [rh\\_beneficios@pucsp.br](mailto:rh_beneficios@pucsp.br). Todos os pedidos passarão por análise socioeconômica a ser realizada pelo departamento de Serviço Social na Divisão de Recursos Humanos (DRH).

Caso as 25 vagas não sejam preenchidas, as bolsas restantes serão repassadas à Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP (AFAPUC), que fará a seleção dentre seus associados. No mês de setembro, a solicitação deverá ocorrer entre os dias 25 e 29. Para mais informações sobre as bolsas, entre em contato com a DRH, em 3670-3397 ou pelo email [drh@pucsp.br](mailto:drh@pucsp.br), ou com a AFAPUC em 3670-3391 ou pelo email [afapuc@gmail.com](mailto:afapuc@gmail.com).

## Professores da PUC-SP são finalistas do Prêmio Jabuti

Cinco professores da PUC-SP são finalistas do Prêmio Jabuti 2014, além da Educ. Lúcia Santaella (Pós em Comunicação e Semiótica e em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Tidd) é finalista duas vezes: com Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação (Paulus Editora), em "Comunicação"; e com Semiótica Psicanalítica – Clínica da cul-

tura (Editora Iluminuras), do qual é co-autora ao lado de Fani Hisgail, em "Psicologia e Psicanálise". Nesta mesma categoria, a professora Eloisa Penna (graduação em Psicologia) e a Educ concorrem com Epistemologia e método na obra de C. G. Jung. Em "Ciências Humanas", são finalistas os professores Frank Usarski e João Décio Passos (Pós em Ciências

da Religião), com Compêndio de Ciência da Religião (Editora Paulinas). Na categoria "Direito", a professora Flávia Piovesan (Pós em Direito) foi indicada com a obra Direitos Humanos Atual (Editora Campus/Elsevier), escrito com Inês Soares. O prêmio, que está em sua 56ª edição, é a maior premiação relacionada a literatura no Brasil.

## AFAPUC disputa torneio de futebol society

A equipe de futebol society da AFAPUC está participando, junto de outras instituições de ensino, do torneio promovido pelo SAAESP. Na sua estreia, o glorioso esquadrão azul e branco venceu o time da FMU pelo placar de 3x1. Os jogos acontecem todo fim de semana.

## ASSEMBLEIA DA AFAPUC

02/10

quinta-feira

14h - sala 100 A

*Proposta de negociação do processo  
AFAPUC/Ex-diretor Anselmo Antonio da Silva*